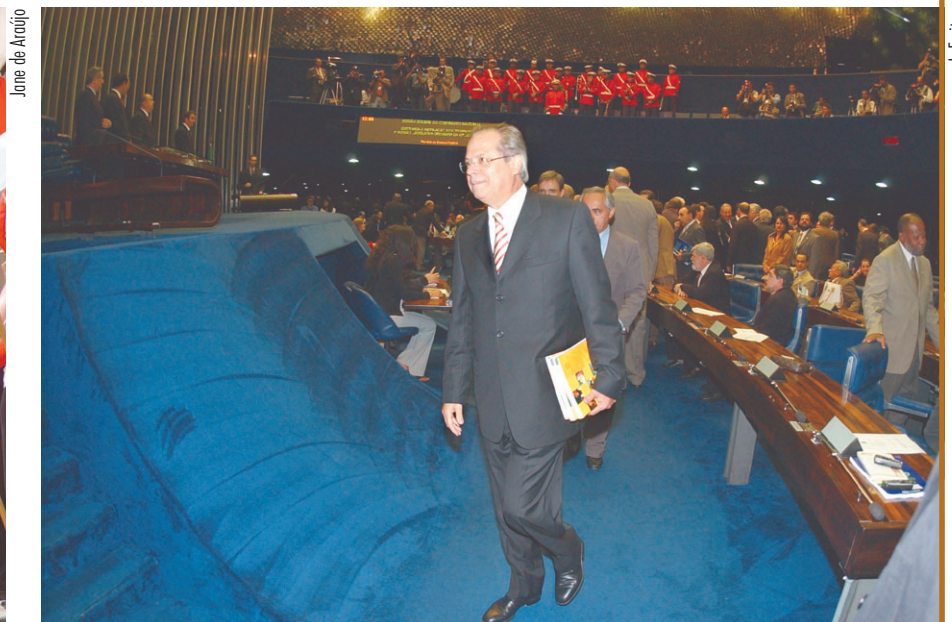


REFORMAS SÃO PRIORIDADE DO GOVERNO E CONGRESSO

O Congresso instalou os trabalhos legislativos ordinários de 2004. A mensagem de Lula destaca que as reformas trabalhista e sindical, política e do Judiciário são os principais objetivos do governo neste ano. O presidente do Senado, José Sarney, previu a votação das mudanças política e do Judiciário



Os presidentes da Câmara, do Senado e do STF sobem a rampa do Congresso (foto acima à esquerda). José Dirceu chega com a mensagem presidencial, lida em Plenário por Romeu Tuma (E). Sarney preside sessão solene



Fotos: José Cruz

Lula espera gerar empregos e investir na infra-estrutura

Sarney afirma que é preciso "acabar com inflação das leis"

Páginas 3 e 4

Senadores debatem CPI e financiamento de campanhas

Denúncias envolvendo o ex-assessor da Presidência da República Waldomiro Diniz acendem debate sobre necessidade de CPI para apurar o caso e sobre financiamento público de campanhas eleitorais

Páginas 6 e 7



APELO Paim também sugere uma campanha nacional para reduzir a discriminação no país

Projeto de Paim inclui racismo como agravante no Código Penal

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto para incluir no Código Penal a previsão de agravante a crimes praticados por motivo de discriminação, preconceito de raça, cor, etnia ou religião.

– Apresento essa proposta objetivando não mais depararmos com notícias que dão conta de que os negros sejam os brasileiros mais expostos à violência. Como relatado nos meios de comunicação, morresse por ter a cor "errada", porque se é, segundo a visão preconceituosa, "potencialmente bandido" – afirmou.

Após lembrar o assassinato do dentista Flávio Ferreira Sant'Ana, morto pela Polícia Militar de São Paulo, Paim leu trecho de carta ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro, escrita pelo ex-senador Abdias Nascimento, e citou matérias publicadas em revistas que relatam a existência de preconceito na polícia e na Justiça.

Na avaliação do senador, somente uma campanha nacional poderia reduzir a discriminação existente no país.

Agenda

Plenário realiza primeira votação do ano legislativo

O Senado realiza hoje, às 14h30, a primeira sessão deliberativa do novo ano legislativo. Em discussão, dois projetos que propõem novo modelo para o setor elétrico. O primeiro (PLV 1/04) impõe regras para a comercialização de energia, enquanto o

segundo (PLV 2/04) cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Os dois projetos de lei de conversão das duas medidas provisórias (MP 144/03 e 145/03) foram aprovados pela Câmara dos Deputados no fim de janeiro.



Sarney participa da abertura do Ano da Mulher

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 18h, da cerimônia de abertura do Ano da Mulher. Às 11h30, Sarney recebe o embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira, indicado para Buenos Aires; às 15h, o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor Leste e Prêmio Nobel da Paz 1996, José Ramos Horta; às 15h30, o secretário-geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães; e, às 17h, o presidente do Líbano, Emile Lahoud.

Plano Plurianual deverá ser votado hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverá votar, às 14h30, o Plano Plurianual (PPA) para 2004-2007. A reunião estava prevista para ontem, mas foi adiada devido ao impasse em relação ao parecer do senador Roberto Saturnino (PT-RJ),

que prevê a redução gradual do superávit primário. As lideranças dos partidos estudam a rejeição do parecer e a designação de outro parlamentar para relatar o PPA, como saída para a falta de acordo.

Comissões podem ouvir Anderson Aduato

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) analisa, às 14h30, requerimento convidando o ministro dos Transportes, Anderson Aduato, e o diretor-geral do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes, José Antônio Coutinho, para discutir denúncias de irregularidades em licitações. Também a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que se reúne amanhã, às 11h30, vota requerimento nesse sentido.



Advertência nos rótulos de bebidas alcoólicas

A Comissão de Educação (CE) reúne-se, às 11h, para votar projeto que determina a obrigatoriedade de advertências, em rótulos e em propagandas de bebidas alcoólicas, sobre a proibição de venda a menores de 18 anos e sobre prejudicialidade à saúde (PLC 35/00). Serão votados ainda projetos de decreto legislativo aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão.

Lei de Falências na CAE

A Lei de Falências (PLC 71/03) continua sendo tema de audiências públicas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na reunião de hoje, às 10h, o colegiado ouve o promotor de Justiça da Junta Comercial do Rio Grande do Sul, Luiz Inácio Vigil Neto, que é especialista em falências e concordatas.

Comissão analisa indicações

Às 18h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se para analisar duas mensagens da Presidência da República com a indicação de Leda Lúcia Martins Camargo, para o cargo de embaixadora do Brasil em Moçambique, e de Mauro Luiz Iecker Vieira, para o cargo de embaixador do Brasil na Argentina.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



CRÍTICA "Nem terminamos de fazer uma lei e já começamos outra", observa Suassuna

Suassuna pede legislação simplificada e mais estável

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou ontem em pronunciamento a necessidade de maior estabilidade na legislação do país para que possa haver crescimento. Ele sugeriu a criação de uma comissão de redação, com participantes das duas Casas do Congresso, para simplificar as leis e organizar a tramitação de projetos.

– É preciso simplificar o que se tem e cobrar ações. Eu me sinto frustrado por não haver unanimidade entre as duas Casas para votar o que precisa ser votado. Lamento que nós legisladores ainda não tenhamos arregaçado as mangas – afirmou.

Para Suassuna, a "obsolescência programada", estratégia utilizada na indústria para substituir produtos antigos por novos modelos, não é benéfica para o setor industrial e muito menos para a área legislativa.

Em defesa dessa tese, citou livro de sua autoria, escrito em 1978, sob o título *É Proibido Ter Idéias Novas Enquanto não Forem Implantadas as Boas Idéias de Ontem*.

– Nós estamos sempre buscando aprimorar. Estamos sempre insatisfeitos com o *status quo*. E esse psiquismo também está na cabeça dos legisladores. Nós nem terminamos de fazer uma lei e já começamos a fazer outra – disse.

Suassuna lembrou ainda que a Constituição dos Estados Unidos, de 1787, tem menos de dez emendas, enquanto a do Brasil, de 1988, já possui mais de 42. Não é sem razão, comentou, que o presidente do Senado, José Sarney, em seu discurso na manhã de ontem, falou do cipoal de leis do país.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou estar faltando regras claras na economia para atrair investimentos.

REABERTURA DO CONGRESSO

Durante a solenidade, falaram os presidentes do Senado, da Câmara e do STF, e foi feita a leitura da mensagem presidencial, entregue pelo ministro da Casa Civil



REVERÊNCIA Antecedendo a sessão solene no Plenário do Senado, grupo de soldados do Exército executou uma salva de tiros de canhão, em frente ao edifício do Congresso Nacional



José Cruz

Lula promete investimentos na área social

O Congresso Nacional instalou ontem, ao meio-dia, os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A solenidade começou no jardim em frente ao edifício do Congresso, e prosseguiu com a realização de sessão solene no Plenário do Senado, a que estiveram presentes o presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, além de parlamentares e convidados.

Depois de passar em revista tropas do Exército, o presidente do Congresso, senador José Sarney, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, ouviu uma salva de tiros de canhão. Mais tarde, já no Salão Negro, acompanhado pelo deputado João

Paulo e pelo ministro Maurício Corrêa, Sarney recebeu o ministro José Dirceu, que veio ao Parlamento para entregar a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva referente à abertura do ano legislativo.

Já em Plenário, após a execução do *Hino Nacional* por uma banda militar, José Sarney solicitou ao 1º secretário do Senado, Romeu Tuma, que lesse a mensagem presidencial. No texto, Lula destacou a necessidade de serem realizadas as reformas do Judiciário, política, sindical e trabalhista, e considerou prioridades para o país a criação de empregos e os investimentos em infra-estrutu-

ra e na área social.

Em seguida, Maurício Corrêa, João Paulo e Sarney, que ocupavam a Mesa de abertura dos trabalhos legislativos, discursaram, avaliando o contexto atual do Brasil e definindo uma agenda de prioridades, que, entre outros temas, envolve a retomada do desenvolvimento econômico, com geração de emprego e renda, além das reformas política e do Judiciário.

Também compuseram a Mesa Romeu Tuma; o 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos; o vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, e José Dirceu, representando o presi-

dente da República.

Prioridades

Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou ainda, na mensagem ao Legislativo a disposição de completar os marcos regulatórios e retomar o ciclo histórico de crescimento sustentado do país, com estabilidade econômica. A mensagem presidencial foi trazida ao Congresso pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O presidente relatou que 2003, primeiro ano de seu governo, foi de “sacrifícios e de construção”, e que precisou agir com firmeza para debelar a grave crise econômica. Mesmo assim, afirmou Lula na mensagem, foi possível iniciar a execução de programas sociais “de grande relevância”, como o Fome Zero, e construir

uma base parlamentar para que se implantem reformas estruturais.

Diálogo

Na mensagem, o presidente da República assegura que o governo federal vai continuar ampliando a base de diálogo com a sociedade brasileira e com o Congresso Nacional e aperfeiçoando a ação diplomática para o desenvolvimento cada vez maior do comércio internacional.

– O Congresso Nacional tem sido, e continuará sendo, fundamental no ciclo de mudanças”, assinalou o presidente no documento. Lula citou ainda, como avanços do primeiro ano de governo, a reforma da Previdência Social, o Estatuto do Idoso e do Desarmamento.

Chefe do governo defende reformas do Judiciário, política, sindical e trabalhista

Parlamento está pronto para novos desafios, afirma João Paulo

Em seu discurso na sessão solene, o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, fez um balanço do ano de 2003 e da convocação extraordinária do Congresso, avaliando que, após a luta empreendida para controlar a inflação, 2004 deve ser o ano de retomada do desenvolvimento e do crescimento da economia.

João Paulo afirmou que o Legislativo fez a sua parte e está pronto para enfrentar os desafios que lhe forem colocados neste ano. Entre as propostas aprovadas pelo Congresso que foram importantes para o país,

o deputado listou as reformas previdenciária e tributária, e os Estatutos do Idoso e do Desarmamento.

Quanto à convocação, ele disse que a Câmara respondeu positivamente ao chamado, aprovando, por exemplo, os projetos de lei sobre a biossegurança e sobre entorpecentes, e duas medidas provisórias que regulamentam o setor elétrico.

– O Legislativo nunca é reconhecido pelo seu trabalho. Se mais não fizemos é porque mais não conseguimos fazer. Trabalhamos buscando a negociação, o acordo, com coopera-



COMPROMISSO João Paulo prega medidas para “debelar o flagelo do desemprego”

ção mútua e boa vontade comum. Realizamos o que nos foi possível.

Para João Paulo, 2004 é um ano incomum, tendo em vista

as eleições municipais de outubro que irão traçar um novo cenário e uma nova correlação de forças na política nacional. Enquanto isso, continuou, o Congresso terá uma grande pauta a ser cumprida, como a conclusão das reformas tributária e previdenciária e a reforma política.

No que diz respeito ao Judiciário, João Paulo ressaltou que os deputados irão apressar a análise do Estatuto da Magis-

tratura e estarão prontos para examinar as medidas que vierem a ser aprovadas pelo Senado. Ele informou que duas comissões especiais analisarão as mudanças necessárias nos Códigos de Processo Civil e Penal.

O presidente da Câmara lembrou ainda que 2004 é um ano dedicado à mulher e, por isso, a Câmara vai se empenhar para aprovar medidas que reconheçam o seu papel e façam com que a sociedade brasileira deixe de ser machista. O deputado declarou que é preciso estudar medidas para “debelar o flagelo do desemprego”.

José Cruz

REABERTURA DO CONGRESSO

Presidente do Congresso, José Sarney destaca que o Parlamento brasileiro é um dos mais "despojados" do mundo; presidente do STF quer o fim da "enxurrada de recursos"

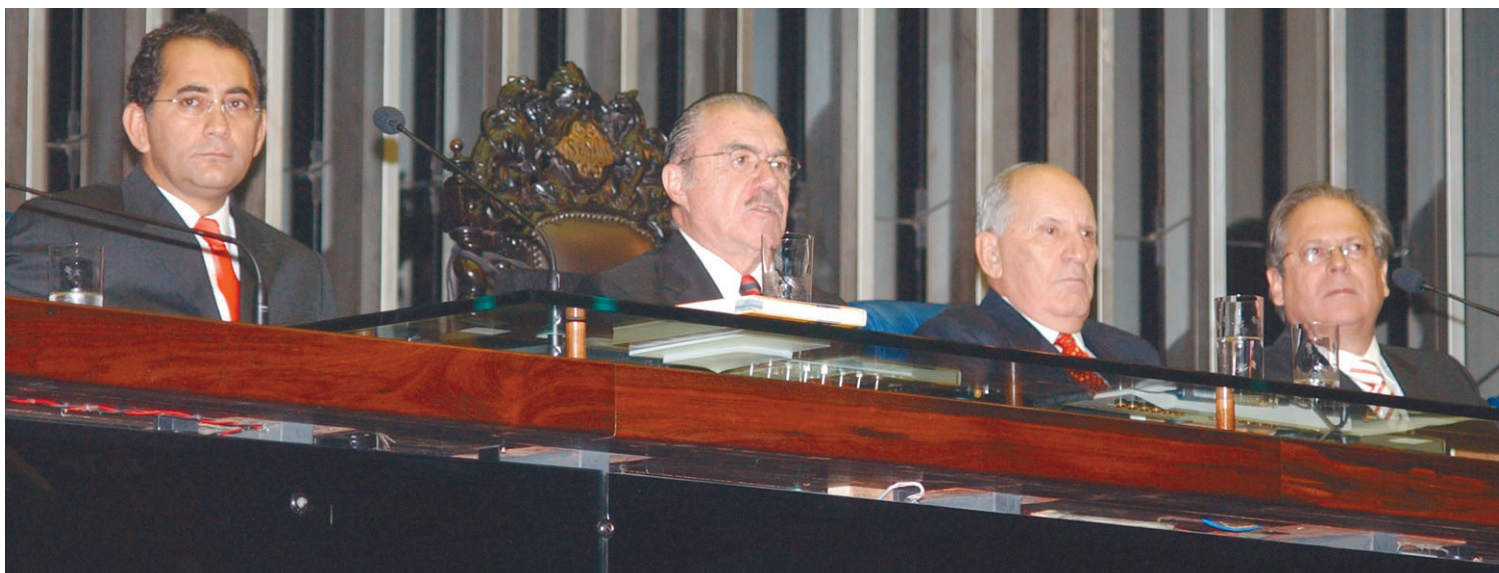
Sarney defende necessidade de enxugar leis

"Sem Parlamento forte, há sempre democracia fraca." Com essas palavras, o presidente do Congresso, senador José Sarney, encerrou ontem seu discurso na sessão solene de abertura da sessão legislativa de 2004, no qual ressaltou que "nada custa menos e é mais útil ao povo do que o Parlamento; a democracia representativa ainda é o mais barato dos regimes".

O senador lembrou que já houve quem tenha fechado o Legislativo alegando as despesas que ele dava – como fez o ditador espanhol Francisco Franco – e enfatizou que o Parlamento brasileiro "é um dos mais despojados do mundo e dos que gastam menos".

– Em 2000, o percentual dos nossos gastos em relação ao Orçamento era de 0,65%; quatro anos depois é de 0,27%, mostrando o quanto aumentamos o trabalho e diminuímos o gasto – destacou.

Sarney ressaltou a dependência entre o bom funcionamento das instituições demo-



CONVICÇÃO Ao lado do presidente da Câmara, do presidente do STF e do chefe da Casa Civil, Sarney defende um Parlamento forte

cráticas e o fortalecimento do Legislativo.

– Um Congresso arcaico e desprestigiado será sempre um entrave no caminho da estabilização. O Parlamento está debaixo da lupa da mídia porque é o Poder em que os conflitos são públicos, e essa vigilância é salutar, porque nos motiva a melhor cumprir o nosso dever.

Mesmo reconhecendo as falhas e defeitos do Congresso, o senador destacou o esforço feito para corrigi-los, seja afastando os maus parlamentares, seja assegurando total transparência das atividades pela veiculação ao vivo das reuniões e sessões, pelo rádio e televisão. E colocando à disposição do público, pela internet e atendi-

mento telefônico, dados sobre a atuação dos parlamentares e o processo legislativo, acrescentou.

Sarney falou da necessidade de "enxugar" a Constituição e "acabar com a inflação das leis", e apontou a edição de medidas provisórias como um ponto de estrangulamento da atividade parlamentar.

– Essa prática vem de 1988 e ainda está para ser resolvida. Mais cedo ou mais tarde temos de encontrar uma solução. A experiência das sessões de 2002 e 2003 mostra que a reforma do artigo 62 da Constituição não resolveu esse problema. No último ano, examinamos 55 medidas, mais de cinco por mês – afirmou.

Para Corrêa, é preciso mudar leis processuais

Ao discursar na sessão solene de reabertura dos trabalhos legislativos, ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, afirmou que "a lentidão do obsoleto e emperrado mecanismo do aparelho judiciário, que retarda a devida prestação jurisdicional a tempo, tem levado o cidadão brasileiro a um certo desânimo quanto à melhor execução de seus trabalhos". Por isso, disse, a reforma do Judiciário é um justo anseio de todos. O ministro observou, entretanto, que as mudanças constitucionais não são suficientes para responder "a essa legítima demanda".

– É preciso uma reformulação das leis processuais – defendeu Corrêa, para quem a impunidade penal e a demora no julgamento dos processos têm como causa a "exagerada e extravagante variedade de recursos que podem perfeitamente ser reduzidos sem causar o menor dano à parte".

O ministro enfatizou que é necessário o total reordenamento das leis processuais para permitir ao juiz julgamentos mais céleres.

O presidente do STF acrescentou que o Judiciário irá colaborar com o Legislativo nas ações que visem melhorar o funcionamento da Justiça.

Corrêa afirmou que o Congresso é o mais legítimo foro de debates da sociedade brasileira e manifestou o apreço e a reverência que o Judiciário tem pelo Parlamento.

Depois de observar que a Constituição de 1988 representou o que de melhor se podia fazer à época, mas que, com o passar do tempo, "deu mostras de fadiga", o presidente do STF ressaltou que as reformas constitucionais até agora aprovadas pelo Congresso apresentam-se como indispensáveis e necessárias.

O ministro Maurício Corrêa também disse que, no exercício da presidência do Supremo,



COLABORAÇÃO Corrêa afirma que mudanças feitas pelo Congresso são necessárias

contou sempre com o auxílio dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha.

Corrêa manifestou seu mais profundo apreço ao presidente do Congresso, destacando que o senador tem vasto e admirável currículo de vida pública e, entre suas qualidades, detém as da altivez, da inesgotável vontade de servir e da capacidade de harmonizar conflitos e perdoar desafetos.

Índice de aprovação enaltece Parlamento, afirma Sarney

O presidente do Congresso, senador José Sarney, disse ontem que 2003 foi um ano "excelente" para o Legislativo, deixando como saldo o significativo crescimento do índice de aprovação do Parlamento brasileiro junto à opinião pública, e previu a votação das reformas política e do Poder Judiciário este ano.

– O ano de 2003 foi excelente para o Congresso. Fizemos mais de mil sessões, votamos

mais de 300 matérias, votamos as reformas, o Estatuto do Idoso, a lei do desarmamento e a proteção aos portadores de deficiências físicas – afirmou.

José Sarney lembrou a publicação de pesquisa realizada pela *Folha de S. Paulo* no fim do ano, que apurou 70% de aprovação para o Congresso Nacional.

– Com esse índice de aprovação, passamos à frente de muitas instituições – observou.



PREVISÃO Sarney passa a tropa em revista; no discurso, diz que reformas política e do Judiciário serão votadas neste ano

Malta elogia obra deixada pelo cientista Alberto Tosi

O senador Magno Malta (PL-ES) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do cientista político e professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Alberto Tosi Rodrigues. Serão encaminhadas ainda condolências à família.

Tosi é autor de centenas de artigos e um de seus livros, *Diretas Já – O Grito Preso na Garganta*, foi considerada uma das análises mais profundas do movimento de 1983. Nos últimos anos, ele manteve um site na Internet sobre ciência política.

ACM manifesta pesar pela morte do jornalista Cruz Rios

O Senado aprovou requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em que manifesta pesar pela morte do jornalista Joaquim Alves da Cruz Rios, do jornal *A Tarde*, de Salvador (BA). Serão enviadas condolências do Senado à família do jornalista e ao jornal *A Tarde*, onde ele trabalhou por 65 anos.

– Foi um jornalista polêmico. Um articulista notável. Sem dúvida, um homem que engrandeceu a imprensa da Bahia – afirmou Antonio Carlos.

Pavan quer reinício das aulas somente após o carnaval

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) sugeriu ontem que o calendário escolar seja modificado para que as aulas sejam iniciadas após o carnaval. Segundo ele, a retomada do período escolar no meio do verão está representando grandes prejuízos aos empresários do turismo de todo o Brasil, pois as cidades balneárias perdem cerca de 50% do fluxo de turistas.

– Estamos tentando sensibilizar os senadores, a Câmara dos Deputados e o ministro da Educação, para achar uma solução de consenso – afirmou.

Medicamentos doados no Senado vão para o Piauí

Um total de 62 caixas de medicamentos coletados pelos servidores do Senado para as vítimas das enchentes no Piauí seguiram ontem para o estado.

A campanha de doação foi uma iniciativa dos próprios funcionários e durou 15 dias. Foram reunidos cerca de 800 soros fisiológicos, 800 soros glicosados, 3.900 frascos de dipirona, quatro caixas de antibióticos, esparadrapos, algodão e outros produtos.

Votações começam pelo novo modelo energético

Empréstimo do BID à prefeitura de São Paulo complementa pauta de hoje do Plenário

A pauta da primeira sessão deliberativa deste ano, marcada para as 14h30 de hoje, possui três itens, sendo que dois deles tratam do novo modelo elétrico para o país. Os dois são projetos de lei de conversão (PLVs 1 e 2/04) originários de medidas provisórias (MPs 144 e 145/03) propostas pelo governo e que integram a pauta da convocação extraordinária. Conforme explicou o governo nas MPs, elas têm por objetivo implementar mudanças institucionais e reguladoras no setor energético, para ampliar a oferta de energia necessária ao desenvolvimento social do país.

A primeira das medidas cria a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, incumbida de viabilizar a comercialização de energia elétrica entre as em-

presas distribuidoras. A outra MP institui a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O terceiro item da pauta é projeto que autoriza a prefeitura de São Paulo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100,4 milhões, com garantia da União, destinada ao financiamento parcial do Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo (Procentro). O relator é o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Amanhã, na hora do expediente, o Plenário homenageará o ex-diretor-presidente do *Jornal do Brasil* Manoel Francisco do Nascimento Brito, falecido em 8 de fevereiro de 2003. A homenagem foi solicitada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Na ordem do dia da sessão, os senadores analisarão seis itens, três deles relativos a textos de acordos de cooperação entre o Brasil e a Bolívia. Consta ainda da pauta requerimento de in-

formações do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) sobre processos instaurados pelo Banco Central sobre o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e seus administradores.

Outros dois requerimentos do senador Arthur Virgílio, ambos para registrar votos de aplauso, devem ser examinados na sessão de quinta-feira, agendada para as 14h30. Um deles pede o voto à advogada iraniana Shirin Ebadi, agraciada com o Prêmio Nobel da Paz em 2003, pelo seu trabalho na defesa dos direitos humanos, na promoção da democracia e na luta contra a pobreza. O outro pedido é direcionado ao papa João Paulo II, pelo transcurso do Jubileu de Prata do pontífice, em outubro do ano passado. Os dois receberam parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na sexta-feira, a sessão é não deliberativa, reservada para pronunciamentos e comunicações parlamentares e está marcada para as 9h.

Presidente do STF fala amanhã na CCJ sobre reforma do Poder Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, comparece amanhã, a partir das 10h, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a reforma do Judiciário (PEC 29/00), já aprovada pela Câmara dos Deputados e que se encontra em análise naquele órgão técnico. A previsão é de que o relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a matéria seja votado após a semana do carnaval.

Durante a convocação extraordinária, a CCJ, presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), aprofundou os debates em torno da reforma do Judiciário e ouviu o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o vice-presidente do STF, Nelson Jobim; e o também vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal.

Jobim defendeu o controle externo do Judiciário, que seria feito por um Conselho Nacional de Justiça. O colegiado, de 15 membros, conforme infor-

mou, seria composto, em sua maioria, por magistrados e teria competência para controlar, principalmente, a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário. O ministro também defendeu a adoção da chamada súmula vinculante, destinada a dar maior agilidade aos processos.

Já o ministro da Justiça apoiou o controle externo do Judiciário mas, ao contrário de Jobim, condenou a adoção da súmula vinculante. Para ele, a medida, caso viesse a ser adotada, “imobilizaria os magistrados de primeira instância, que estariam obrigados a seguir diretrizes estabelecidas pelo STF”.

O vice-presidente do STJ, Edson Vidigal, defendeu não somente o controle externo do Judiciário e a súmula vinculante, mas também a criação da Escola Nacional da Magistratura, destinada a servir como um instrumento de avaliação dos juízes.

Na segunda parte da reunião



SUSPEITA Antero se disse “indignado com atentado ao direito de ir e vir das pessoas”

Antero quer esclarecer suspeita de espionagem

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) anunciou ontem a apresentação de requerimento de sua autoria para convocação do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Felix, para prestar esclarecimentos ao Senado sobre suposta espionagem contra ele e José Roberto Santoro, subprocurador-geral da República.

O senador justificou sua iniciativa com base em matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, de autoria do jornalista Kennedy Alencar, informando que ele saiu da casa do procurador pela madrugada. Os dois estariam defendendo interesses do PSDB, partido de oposição ao governo, de acordo com a notícia.

O parlamentar se disse indignado com o que classificou de “bisbilhotice e atentado ao direito de ir e vir das pessoas” e lembrou a reputação de honestidade do procurador.

Segundo o senador, Santoro é conhecido por sua atuação na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou o narcotráfico e que culminou com a prisão de integrantes de uma quadrilha ligada ao ex-deputado Hildebrando Paschoal. Por essa razão, questionou o objetivo do governo “de ressuscitar a espionagem oficial ou a remilitarização do país”, conforme frisou.

Antero recordou ainda ter sido autor de emenda à Constituição que regulamenta as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e lamentou que a agência hoje sirva a interesses não esclarecidos publicamente por autoridades do governo.



AVALIAÇÃO Edison Lobão quer aprofundar debate, ouvindo especialistas no assunto

da CCJ, marcada para depois do depoimento de Maurício Corrêa, os senadores deverão analisar uma pauta de 48 itens, entre os quais projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que proíbe os membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, estados, municípios e do Distrito Federal, bem com seus servidores, de aceitar passagens e hospedagem para participação em eventos.

DENÚNCIAS

Oposição defende participação do Legislativo nas investigações; Simon pede que Executivo não dificulte assinatura de requerimento; Capiberibe quer a aprovação do financiamento público das campanhas para evitar problemas

Senadores divergem sobre instalação de CPI

Posições divergentes sobre a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias envolvendo Waldomiro Diniz, ex-assessor da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, marcaram os debates no Senado ontem. Senadores opositores defenderam a participação do Poder Legislativo na apuração dos fatos.

Integrante do PMDB, partido que apóia o governo, o senador Pedro Simon (RS) disse que o

Executivo não deve impedir parlamentares – do PT ou de qualquer partido – de assinarem requerimento para a criação da CPI. Os senadores favoráveis à instalação da comissão também lembraram a tradição do PT de apoiar investigações no Parlamento. O senador Alvaro Dias (PR) anunciou a defesa formal de seu partido, o PSDB, à instalação da comissão, independentemente de apurações pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

– A instauração de inquérito não exclui a res-

ponsabilidade do Congresso em investigar, oferecer transparência e dar satisfação à nação sobre o caso – afirmou Alvaro Dias.

Outro ponto levantado pelos senadores foi a necessidade de aprovar o financiamento público das campanhas eleitorais. A princípio contrário à CPI, o senador João Capiberibe (PSB-AP) observou que a melhor resposta do Congresso a fatos como o escândalo denunciado pelo revista *Época* seria a aprovação do financiamento público de campanhas.

ALMEIDA LIMA



Só o Legislativo é idôneo para investigar

O senador Almeida Lima (PDT-SE) instou os senadores da base do governo a assinarem o requerimento para a instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de contribuição do dinheiro da contratação para as campanhas eleitorais do PT no Distrito Federal e no Rio de Janeiro.

Para Almeida Lima, investigações das irregularidades pela Polícia Federal não serão suficientes, pois ninguém esquecerá que o órgão faz parte do Executivo. Da mesma forma, o Ministério Público pode ser independente, mas também é ligado ao Executivo. Somente o Poder Legislativo tem idoneidade e independência para examinar as denúncias a fundo, se necessário quebrando sigilos bancários, telefônicos e fiscais, opinou.

O senador por Sergipe destacou que o governo está diante de uma encruzilhada. Se o caso Waldomiro Diniz for mal resolvido, o compromisso do PT com a ética e a moral estará desfeito.

DEMOSTENES TORRES

Governo pode tentar abafar as denúncias

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) advertiu que o governo pode tentar abafar o escândalo envolvendo em corrupção e cobrança de propina o ex-subchefe para Assuntos Parlamentares da Presidência da República Waldomiro Diniz.

Em função das denúncias publicadas pela revista *Época*, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou requerimento pedindo a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Na opinião de Demostenes, as medidas tomadas pela Controladoria Geral da União para coibir a corrupção na administração pública não vêm cumprindo as promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para ele, o denunciamento, que marcou a presença do PT na política nacional desde a fundação do partido, agora que assumiu o poder, se volta contra a própria agremiação.

Demostenes cobrou do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, providências urgentes para resolver o caso.



HELOÍSA HELENA



Comissão deve ser instalada imediatamente

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) exigiu rigor do Senado Federal na apuração do escândalo envolvendo o ex-assessor da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República Waldomiro Diniz.

Ela quer a instalação imediata da comissão parlamentar de inquérito requerida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Heloísa Helena justificou que o Ministério Público não tem sido suficientemente célere na análise dos processos que estão tramitando naquele órgão desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

As apurações, frisou, envolvem também lavagem de grandes somas de dinheiro do narcotráfico e favorecimento de políticos corruptos.

– É US\$ 1,3 trilhão por ano que sai do país sem que o governo apure qualquer processo – enfatizou, ressaltando que é uma questão de altivez política a fiscalização do Senado Federal sobre o assunto.

ROMEUA TUMA

Polícia Federal tem capacidade para trabalhar

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse ontem que confia na honestidade e na capacidade do diretor da Polícia Federal (PF), Paulo Lacerda, para investigar o flagrante de propina envolvendo o ex-subchefe para Assuntos Parlamentares da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República Waldomiro Diniz.

Tuma informou que foi designado para comandar o inquérito o delegado Antonio César Fernandes Nunes, que estava na Colômbia. O senador acrescentando que o policial tem profundo conhecimento sobre a máfia e, por isso, competência para apurar a extensão da atuação do ex-assessor no governo e no caso das loterias.

Almeida Lima (PDT-SE) afirmou que, apesar de a Polícia Federal ter credibilidade, um caso dessa magnitude deveria ficar a cargo do Legislativo. Ele mencionou que a revista *Época* apontou ligações de Waldomiro Diniz com a ramificação da máfia italiana que se instalou no Brasil.



ALVARO DIAS



Waldomiro estava perto do núcleo do poder

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ocupou ontem a tribuna do Plenário para lembrar uma dívida que tem com ele o Partido dos Trabalhadores, pelo apoio que deu no governo Fernando Henrique Cardoso a um pedido de instalação de comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar denúncias de corrupção. Na época, Alvaro Dias e seu irmão, o senador Osmar Dias (PDT-PR), assinaram o pedido do PT, mesmo pertencendo à base de apoio ao governo.

A cobrança dessa “dívida” teve como objetivo pressionar o PT a assinar um pedido de CPI para apurar as atividades do ex-assessor parlamentar Waldomiro Diniz.

Alvaro Dias se disse especialmente preocupado porque Waldomiro Diniz, depois de funcionar como um captador de recursos para o PT, tornou-se assessor direto do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Estava, assim, plantado no núcleo central do poder, próximo ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

DENÚNCIAS

Sérgio Guerra e Pedro Simon apóiam criação de CPI e Ideli Salvatti lembra que assunto está sendo investigado. Capiberibe pede reforma política. Presidentes do Senado e da Câmara defendem o ministro-chefe da Casa Civil

PEDRO SIMON



Apelo a Lula para que não coloque "panos quentes"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) dirigiu apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que enfrente as consequências de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o caso Waldomiro Diniz, em vez de optar pelo desgaste de forçar parlamentares a não assinar o requerimento para instalar a comissão.

– Se há outras coisas a descobrir sobre corrupção na campanha eleitoral, vamos fazê-lo. Tope a parada, não coloque panos quentes, presidente. Se houver preço político a pagar, o PT deve arcar com ele, pois será infinitamente menor do que o preço do desgaste político que virá pelo arquivamento do pedido de instalação.

Simon afirmou que sua inclinação é a de assinar o pedido, mas disse que esperaria a reunião de hoje da bancada do PMDB, para tomar sua decisão.

Para Simon, o então presidente Fernando Henrique errou, ao impedir a instalação da CPI das Empreiteiras, que deveria investigar negócios no início do seu governo.

SÉRGIO GUERRA

Assinar CPI é compromisso moral do PT

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que se o PT não assinar o requerimento de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as atividades do ex-assessor parlamentar Waldomiro Diniz estará quebrando um "compromisso moral".

Ele disse considerar que o PT, no governo, rompeu com seu programa econômico. "Por outro lado, depois de pregar austeridade, criou cargos com objetivos políticos e comprou, sem necessidade, um avião para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva", assinalou.

Sérgio Guerra defendeu a participação do Senado nas investigações por entender que, dessa forma, os parlamentares darão uma resposta ao clamor da opinião pública pelo esclarecimento do esquema de financiamento ilegal de campanhas montado pelo ex-assessor. O senador disse achar que não há nada demais em se investigar o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, a quem Diniz esteve subordinado até janeiro deste ano.



JOÃO CAPIBERIBE



Financiamento público de campanhas

Ao debater o assunto, o senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu urgência para votação de projeto tornando obrigatória a divulgação em tempo real, pela Internet, dos gastos orçamentários em todos os níveis de administração pública. Ele também quer que seja aprovada a reforma política, especialmente o dispositivo que institui o financiamento público para as campanhas eleitorais e pune o financiamento irregular.

Capiberibe disse ser essa a decisão que a sociedade espera do Congresso no momento em que se discute a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias envolvendo o ex-assessor da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, Waldomiro Diniz.

– Se a cada notícia de corrupção se necessitasse de CPI, não se faria outra coisa a não ser investigação em todas as assembleias, porque as notícias são recorrentes – observou João Capiberibe.

Sarney e João Paulo elogiam José Dirceu

Durante a sessão de instalação dos trabalhos do Congresso, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, destacaram as qualidades do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, reconhecendo as suas contribuições ao governo e ao país. Sarney registrou que Dirceu é um "membro deste Parlamento, homem público cuja biografia, marcada pela coerência, é página de vida comprometida com a democracia".

Já o presidente da Câmara declarou que José Dirceu é um homem público "honrado e digno".

– O ministro foi o grande motor do governo, responsável em grande parte pelos aspectos positivos apresentados no balanço do ano passado. O ministro orgulha a todos nós, que nos empenhamos por um Brasil melhor. José Dirceu, você pode contar com seu amigo para os desafios colocados por essa mensagem ao Congresso – afirmou o deputado João Paulo Cunha, seguido de aplausos do Plenário.

Antes do início da sessão, Sarney já havia classificado como "lamentável" o fato que levou à demissão do ex-assessor da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, Waldomiro Diniz, mas não quis fazer comentários adicionais sobre o assunto. Sobre o requerimento que pede a instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o caso, Sarney lembrou a sua condição de presidente da Casa.

– Como presidente da Casa,



PRESEÇA José Dirceu esteve no Congresso, participando da abertura do ano legislativo

recebo os pedidos de CPI, e, desde que tenham o número legal, determino a instalação da comissão – afirmou.

Esclarecimento

José Dirceu, que reuniu a imprensa após a sessão solene para uma declaração pública acerca do episódio, declarou que os integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não têm qualquer envolvimento em irregularidades relacionadas com Waldomiro, já que os fatos descritos pela imprensa nesse fim de semana referem-se ao ano de 2002, e não têm ligação com o atual governo.

O ministro destacou que as medidas necessárias já foram tomadas pelo Executivo, com a exoneração de Waldomiro e a ordem de investigação das denúncias de corrupção pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.



BANESTADO Ideli diz que CPI foi criada porque investigação estava quase parada

Ideli: é preciso aguardar andamento da investigação

Para a senadora Ideli Salvatti (SC), líder do bloco de apoio ao governo no Senado, o Congresso, antes de optar pela criação de uma CPI para investigar as denúncias envolvendo o ex-assessor Waldomiro Diniz, deve aguardar o andamento das investigações determinadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ela fez essa afirmação ao co-

municar ao Plenário que o governo brasileiro, por meio do Ministério da Justiça, conseguiu mais uma vitória judicial para que João Arcanjo Ribeiro, conhecido como Comendador, seja extraditado. Ideli comentou que a decisão só foi possível devido ao esforço da Polícia Federal, do Ministério Público e da CPI do Banestado, que investigava a evasão de divisas. A

senadora disse que a comissão só foi criada porque as investigações se encontravam quase paralisadas.

– Trago esse assunto porque estamos debatendo agora a necessidade ou não de se instalar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o caso ocorrido em 2002, envolvendo o senhor Waldomiro Diniz. A posição manifestada pelo go-

vernador de São Paulo, Geraldo Alckmin, vem na linha do que estamos relatando. Somente devemos instalar uma CPI quando as investigações não estão andando.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que somente decidirá se assina ou não o pedido de criação da CPI após a reunião da bancada marcada para hoje.

Renan pede ajuda para produtores de leite

■ Ele sugere ao governo medidas emergenciais que amenizem as dificuldades geradas pela crise na Parmalat

Ao comentar que a crise da Parmalat está impondo graves prejuízos ao setor leiteiro brasileiro, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) sugeriu ao governo federal algumas medidas emergenciais que amenizem as dificuldades de milhares de brasileiros que dependem da atividade para sua sobrevivência. Uma alternativa, destacou ele, seria a compra de



FOME ZERO Renan diz que governo pode comprar leite em pó de cooperativas

parte do leite em pó recebido pelas cooperativas do setor como pagamento de dívidas da

empresa.

– O leite poderia ser usado pelo Fome Zero para distribuição à população atendida pelo programa, por exemplo. Ainda nos encontramos muito aquém do consumo mínimo sugerido pela Organização Mundial da Saúde, 80 litros por pessoa a cada ano, já que o nosso consumo médio está em torno de

36 litros por pessoa/ano – afirmou Renan Calheiros.

Outra medida sugerida pelo

senador por Alagoas foi a abertura de empréstimos do governo federal para a compra do excedente do leite disponível no mercado. Ele explicou que, com os recursos, o produto poderá ser adquirido e estocado pelas cooperativas e indústrias do setor para que seu preço possa ser assegurado. Essa medida, segundo estimou a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados, implicaria um investimento de R\$ 500 milhões no ano, sendo R\$ 300 milhões até março.

Os produtores, segundo Renan Calheiros, estão reclamando da dificuldade de negociação com os bancos para a libe-

ração dos empréstimos do governo federal. O senador informou que os bancos vêm exigindo garantia real, aval e recebíveis para liberar dinheiro aos produtores.

– É preciso combinar ações de curto prazo para evitar prejuízos aos agricultores que fornecem leite para a Parmalat e, ao mesmo tempo, trabalhar com medidas capazes de sustentar a renda do conjunto da cadeia leiteira brasileira. São cerca de 500 mil agricultores familiares produtores de leite no mercado formal e outros 500 mil no mercado informal, que representam 52% da produção brasileira – analisou.

Magno Malta defende intervenção no Cade

Inconformado com a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de suspender a compra da fábrica de chocolates Garoto pela Nestlé, o senador Magno Malta (PL-ES) afirmou ontem que apresentará projeto de decreto legislativo sustentando a decisão.

– Estão pensando que o assunto vai morrer, quando a poeira baixar. Estão enganados, eu não vou permitir que uma decisão que representa a perda de 3 mil empregos diretos e 12 mil indiretos seja tomada sem uma ampla discussão na sociedade – advertiu.

Ele afirmou que a decisão do Cade está sob suspeição, pois suas investigações mostraram que, 24 horas antes da decisão, o parecer do conselho era pela “suspensão da compra, com

restrições”, ou seja, seria necessário encontrar uma solução intermediária entre a concretização do negócio e seu cancelamento. “No dia seguinte, a decisão mudou”, ressaltou.

Para Magno Malta, o caso justifica que o governo decrete uma intervenção no Cade, enquanto o assunto não é investigado em maior profundidade. Ele considerou inócua a recomendação para que seja encontrado um novo comprador em curto prazo.

– Se aparecer um comprador, então ele já existia. Estarei atento, não permitirei que a poeira baixe sobre esse assunto – avisou.

Saia justa

Ao comentar o caso Waldomiro Diniz, Magno Malta afirmou que o PT está numa “saia



ATENÇÃO Magno Malta garante que não permitirá que “a poeira baixe sobre esse assunto”

justa” diante das denúncias de corrupção em campanha eleitoral. Ele lembrou ter participado de uma reunião da bancada do Espírito Santo com Waldomiro, a fim de solicitar a liberação de verbas para socorrer os desabrigados pelas chuvas.

– Será que a verba não saiu porque esquecemos de oferecer 1% para ele? – perguntou.

Pavan cobra solução para conflito de terra em SC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) fez apelo ontem para que o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, tome providências urgentes para acabar com o conflito entre índios e fazendeiros no oeste catarinense. Se isso não for feito, alertou, “haverá mais luta e isso resultará em desgraça para o país, e principalmente para os que trabalham tanto para produzir, gerar empregos e sustentar suas famílias, que são os agricultores”.

De acordo com Pavan, a situação é grave no município de Abelardo Luz, onde inclusive tem havido luta corporal e até assassinatos. Ele disse ter recebido apelos da comunidade local e da Secretaria de Estado da Articulação Nacional para que o governo federal intervenha



APELO Pavan pede medidas urgentes para evitar guerra entre índios e fazendeiros

no município, onde existem várias pessoas seqüestradas ou detidas pelos índios.

– O conflito é desesperador e precisamos de interferência urgente do Senado, da Câmara e do governo federal para que não venhamos a ter novas tragédias – alertou.

Sibá quer apurar assassinato de sindicalista

O senador Sibá Machado (PT-AC) protestou ontem contra o assassinato do secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, município do sul do estado, Ribamar Francisco dos Santos. Encampando reivindicação de várias entidades, o parlamentar pediu uma varredura na região para encontrar os culpados, a cargo da Polícia Federal, do Ministério do Trabalho, do Inbra e do Ibama.

A reivindicação seria apresentada ontem ao ministro do

Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura, Central Única dos Trabalhadores, Comissão Pastoral da Terra e parlamentares da bancada paraense no Congresso.

Para Sibá, além da prisão dos culpados, é urgente a desapropriação das terras dos latifundiários prováveis contratantes dos dois pistoleiros que atiraram em Ribamar usando uma



REAÇÃO Conforme Sibá, é preciso desapropriar terras de mandantes do crime

motocicleta como veículo. Ribamar Francisco foi morto na porta de casa no dia 6.

Ideli relata providências da Funai para mediar crise

Em resposta a Leonel Pavan, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) relatou as providências que a Fundação Nacional do Índio (Funai) tomou para resolver o conflito entre fazendeiros e a comunidade indígena no oeste de Santa Catarina. Ela explicou que funcionários da Funai baseados em Chapecó foram deslocados para Abelardo Luz para “acompanhar a situação”, além de um contingente de

mais de 100 homens da Polícia Militar e agentes da Polícia Federal.

– O presidente da Funai, doutor Mércio, manteve contato pessoal com as lideranças indígenas de Abelardo Luz, mas a manifestação cresceu com o deslocamento para o local de outra comunidade indígena de Manguelinas, no Paraná, o que gerou um descontrole no município – informou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Augusto Botelho